

EDITORIAL

O Retorno da Religião no Brasil e no Mundo

Nos últimos séculos o que se viu no ocidente foi um esforço no sentido da separação das esferas religiosa e política. Uma vez esse processo realizado, o Estado Moderno teria como característica intrínseca a laicidade, deixando a religião às preferências privadas. Isso não significava que as instituições religiosas deixassem de ter influência sobre os caminhos dos Estados, mas que os líderes políticos não mais precisariam responder automaticamente às autoridades espirituais por suas ações.

De modo genérico, essa laicização ocorrida no ocidente refletiu uma lenta retirada dos códigos morais do exercício da política. Houve um processo de secularização e racionalização da vida em sociedade, transfigurado na substituição da religião pelos desígnios da ciência em ascensão e por uma política que superava os dogmatismos. Os homens do espírito foram suplantados pelos homens iluministas na condução das atividades políticas e científicas, fazendo com que a dessacralização tomasse conta parcialmente das atividades sociais e inteiramente das atividades estatais.

Esse lento processo fez com que a autoridade das Escrituras fosse demolida pelo advento do evolucionismo e o geocentrismo pelo heliocentrismo. As teorias de Copérnico e Darwin explicavam melhor o mundo dos homens e da natureza do que as palavras de João e Paulo. Às teorias dos primeiros foram reservados todos os esforços científicos da razão, às palavras do segundo foram assegurados os destinos do espírito.

Houve, portanto, um movimento de duas vias contra a hegemonia dos preceitos religiosos. De um lado, a ciência questionava a autoridade e capacidade da religião em entender o homem e a natureza a sua volta e, de outro, os homens da política pressionavam pela exclusão dos interesses e dogmas religiosos do exercício do bem público. Esse movimento duplo convencionou-se chamar de modernização.

É importante frisar, entretanto, que o exercício da política sempre careceu de conteúdo moral e ético. Por mais que se buscasse alcançar o gélido cálculo egoísta que o realismo político pregava, as decisões daqueles responsáveis pela esfera pública refletiam certa noção de mundo, a qual invariavelmente tinha como base ora a religião ora a ideologia. Desse modo, a política sempre pareceu ser uma estrutura cujo conteúdo programático precisava ser preenchido pelo código moral em vigor, seja os desígnios do espírito, ou seja as cartilhas da razão.

Com o passar do tempo, a esfera política ficou totalmente sujeita a um processo de preenchimento de seu código moral pela ideologia política, que terminou por determinar até mesmo o futuro da ciência. Com efeito, ao longo dos séculos XIX e XX a religião foi sendo paulatinamente substituída pelas ideologias políticas que ascendiam como resultado desse movimento de separação de Estado e Igreja.

Em qualquer uma de suas versões – comunismo, socialismo, liberalismo e fascismo – as ideologias provaram ser ainda mais poderosas no controle da conduta humana, tanto por causa de um código moral excludente – uma vez liberal nunca

comunista – quanto pela força material que o momento histórico propiciava: a conjunção da força das ideologias e do desenvolvimento material da ciência.

No entanto, a ciência que salvava vidas e a ideologia que pregava o progresso lançaram duas bombas atômicas no Japão. A ciência estava a serviço das ideologias e se mostrou mortal e assustadora. Foi exatamente quando essa subordinação da ciência às ideologias provou ser altamente destrutiva, ameaçando até mesmo o futuro da humanidade, que as instituições religiosas enxergaram o momento de voltar a influenciar a política e, quem sabe, controlar a ciência. O fim do embate ideológico que sucedeu a queda do Muro de Berlim acentuou ainda mais a possibilidade desse retorno.

Nesse sentido, eventos recentes parecem desenhar um cenário em que os dogmatismos religiosos parecem voltar à baila. O terrorismo fundamentalista islâmico, o fundamentalismo judaico que dá sustentação ao governo de Israel, o fundamentalismo cristão em ascensão nos EUA e Brasil, o questionamento do caráter científico do evolucionismo por certos círculos religiosos, os ataques virulentos à psicanálise, a radicalização moral contra o casamento entre homossexuais, a polêmica em torno da utilização das células-tronco e até mesmo as críticas ao heliocentrismo que ocorrem em alguns grupos pretensamente científicos nos EUA, delineiam um horizonte em que as questões morais e religiosas estão tomando conta das preocupações humanas, notadamente no ocidente, berço da secularização.

No Brasil esse movimento não poderia ser diferente. Pelo menos desde a fundação da República sempre houve aqui a possibilidade da consciência religiosa se tornar dominante, mas isso era sempre mais ou menos questionado por uma confiança inabalável na separação entre Estado e Igreja.

Contudo, a recente ascensão política de diversos grupos religiosos radicais no país já começa a ter seus efeitos no direcionamento das políticas públicas de um Estado constitucionalmente laico. Tentativas recentes da governadora do Rio de Janeiro em aprovar mudanças no conteúdo do ensino público fluminense mostram que essa separação começa a ser novamente posta em xeque. A governadora e sua cúpula religiosa pretendiam proibir o ensino do evolucionismo nas escolas públicas do Estado e substituí-lo pela filosofia do criacionismo, versão bíblica da criação do homem. Além disso, o governo do Rio tem a intenção de transferir verbas públicas a entidades religiosas que se vêem inseridas em uma missão divina de “curar” o homossexualismo, como se tal conduta pessoal fosse alguma doença. Essas duas iniciativas do atual governo do Rio refletem no nível local o processo histórico mais amplo pelo qual o ocidente vem passando: o retorno das religiões.

Ora, a religião é fruto da paixão e da fé. Dessa maneira, nunca primou pelo equilíbrio das decisões, uma vez que coloca as questões morais à frente do diálogo, base da política. É inegável a força interior daqueles que crêem e a retidão de suas ações, as quais têm por base um código moral que não aceita deslizes ou fraquezas. No entanto, transportar esse código ético e moral concebido de forma unilateral para a esfera pública, local por excelência do multilateralismo e da concertação, foge aos princípios básicos da política tal qual conhecida hoje.

O exercício da boa política é regido pela acomodação dos interesses e percepções na busca pelo consenso. Aquele que estabelece um norte de ação único, não-negociável e dogmático, como é o caso dos radicais religiosos, está fora do exercício da política. Como se sabe, códigos morais não se discutem, se assumem. A política, pelo contrário, é a arte da discussão e da ausência de preceitos morais excludentes. Quando os dogmas religiosos são reintroduzidos na esfera pública secular, a política perde sua capacidade de gerar consenso, caminhando para o dissenso e a ruptura.

Desse modo, a tentativa de reconquista da esfera política pela religião, reflexo da morte das ideologias, pode recolocar a ciência a mercê das visões e interesses religiosos. O próprio embate em torno da utilização das células-tronco reflete esse movimento da religião rumo aos controles políticos da ciência. Para os religiosos não é admissível administrar a vida embrionária a fim de salvar outras vidas condenadas. Somente o divino pode fazer isso. À ciência cabe esperar.

A ciência, por sua vez, sempre foi controlada por códigos morais e éticos. Porém esses códigos sempre foram mediados pela política. É importante que assim continue. Mas há uma grande diferença entre um controle exercido pelo dogma moral negociado da política e o código unilateral da religião. O primeiro é aberto ao diálogo e denota flexibilidade. O segundo é autoritário e exclusivista, abrindo possibilidades da cristalização das posições e atitudes científicas. A ciência somente consegue se desenvolver em ambientes tolerantes. Do contrário morre sua atitude constante de revolucionar a vida.

É impreterível, portanto, que o esvaziamento ideológico pelo qual passa o Brasil e o mundo não resulte em um reavivamento das religiões dentro da esfera política. É fundamental para política brasileira que a religião continue a ser uma atitude eminentemente privada e que as decisões políticas reflitam cada vez menos dogmas religiosos. No entanto, o paulatino aumento dos congressistas eleitos pelo voto metafísico tem demonstrado que o Brasil acompanha de perto esse retorno da religião em escala global.

O que se defende aqui, portanto, não é somente a supressão dessas leis no Estado do Rio de Janeiro, as quais não foram aprovadas em sua totalidade. Isso é muito pouco. O que se defende aqui é a substituição total das autoridades públicas, e por isso políticas, que sejam unicamente sustentadas por qualquer movimento religioso. Em todos os lados o que se vê é o retorno da religião. A política brasileira deve ficar fora desse processo.

Feliciano de Sá Guimarães

Doutorando em Ciência Política e Mestre em Relações Internacionais. É docente no curso de Relações Internacionais do Unicentro Belas Artes